

Prof.ª Jussara Lourenço

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO**

RITA DE CÁSSIA NUNES PEREIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
EM SÃO LUÍS**

São Luís
2006.

RITA DE CÁSSIA NUNES PEREIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
EM SÃO LUÍS**

Monografia apresentada para a obtenção
do grau de especialista em História do
Maranhão da Universidade Estadual do
Maranhão.

Orientador: Josenildo de J. Pereira

São Luís
2006.

Pereira, Rita de Cássia Nunes.

Ensino de História da África em São Luís / Rita de Cássia Nunes
Pereira – São Luís, 2005.

53 f.

Monografia (Especialização) em História do Maranhão –
Universidade Estadual do Maranhão, 2005.

1. História – Ensino.
2. História da África. I. Título

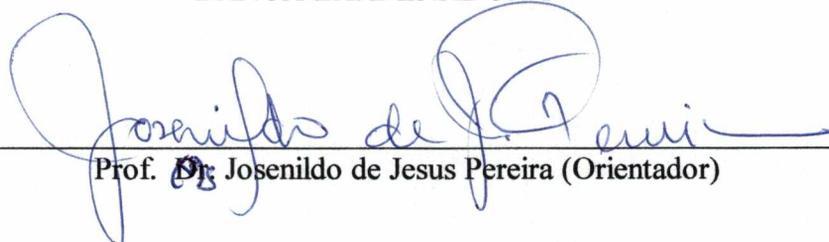
CDU: 94 (6): 37 (812.1)

RITA DE CÁSSIA NUNES PEREIRA

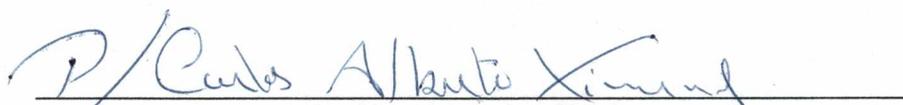
**O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA EM SÃO LUÍS**

Aprovada em 24/06/06

BANCA EXAMINADORA


Prof. ~~Dr.~~ Josenildo de Jesus Pereira (Orientador)

Prof.Dr.Carlos Benedito Rodrigues da Silva
I Examinador


Prof.Ms. Marcelo Cheche
II Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus pela possibilidade de realização deste trabalho.

Ao professor Josenildo pelo estímulo em pesquisar o tema e pela compreensão nos momentos de dificuldades.

A todos os meus familiares: Maria da Glória, Naldinho, Alcindo, Alessandro, Priscilla, Roberth e Maicon.

Aos amigos do curso: Cláudia, Carlos Campelo, Oliveira, Fátima, Dorian, Mário, Dickson, Francarlos e Adalzira.

Aos meus companheiros de luta: Lucimar, Araújo e Silvana.

Aos professores do curso que contribuíram para o meu crescimento intelectual: Glorinha, Paulo Rios, Henrique Borralho, Helidacy, Ximendes, Zanoni, Ana Lúcia, Adriana, Josenildo e Marcelo Cheche.

Ao professor Carlão pelo incentivo e generosidade.

A coordenação do curso: professora Elizabeth Abrantes, Robson e Márcio.

Aos amigos de fé: Joseana, Vânia, Júlia, Rodrigo, Tânia, Walber, Eusa e Jack.

Ao meu padrinho querido: Caetano Leite.

A professora Mônica Lima pelo incentivo e atenção dispensada.

A Neuzanil, Maria da Guia, Ilma de Jesus, Ivan e Luanda.

“Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender praticamos uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”.

Paulo Freire

Aos meus pais Maria da
Glória e Naldinho .

RESUMO

Neste trabalho a respeito do ensino de História e Cultura Afro-brasileira estuda-se as contradições existentes com relação a lei a lei 10.639/03 em São Luís. Desse modo, toma-se enquanto referência para análise, a organização do sistema escolar das redes municipal e estadual e as ações do movimento negro, relacionando-a com as determinações do Ministério da Educação, a respeito desse tema.

Palavras-chave: História, ensino, África, lei, São Luís.

ABSTRACT

The Teaching of History and Afro-Brazilian Culture studies the existent contradictions in the process of implantation of the law 10.639/03 in São Luís.

Taking as base the organization of the school system of the municipal and state nets and the actions of the black movement.

It is also the analysis of the determinations of ministry of Education.

Words-key: History, teaching, Africa, law, São Luís

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O ENSINO DE HISTÓRIA	13
2.1 Mudança curricular.....	15
2.2 A história da África no contexto escolar	21
3 O NEGRO E A EDUCAÇÃO.....	28
3.1 A abolição e seus reflexos na educação	28
3.2 O negro e o currículo escolar	35
4 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO CONTEXTO NACIONAL.....	38
4.1 O ensino de história da África em São Luís.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Discutir a História do negro no contexto escolar é sem dúvida uma pretensão que não se pauta em vasto material de pesquisa, pois, como é sabido as ações e debates a esse respeito começaram, sobretudo a partir do ano de 2005 e por isso não dispomos a nível local de materiais que proporcione uma reflexão minuciosa. Esclarece-se, no entanto que nos referimos a documentação elaborada pelos sistemas de ensino e aos relatos de professores que trabalham esse tema na sala de aula.

Em razão dessa lacuna direcionou-se a pesquisa para a análise de falas de representantes do poder público e de entidades ligadas ao Movimento Negro.

Estudar a implementação do Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e Africana foi uma inquietação que surgiu a partir das dificuldades encontradas em sala de aula.

Constatou-se que a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira, imposta pela lei 10.639/03 ainda está em fase muito incipiente. O que se tem de concreto são algumas ações impulsionadas pelo movimento negro local, o qual tem tido um papel fundamental promovendo discussões e elaborando propostas e, assim influenciando em ações governamentais no propósito de atender ao cumprimento da lei.

No presente trabalho discute-se no primeiro capítulo a respeito do ensino de História como uma disciplina em mudança e que enfatiza os diferentes papéis que vêm assumindo ao longo de sua história.

No segundo capítulo, analisa-se acerca da exclusão de negros no sistema escolar brasileiro ao longo dos séculos e suas permanências.

O terceiro capítulo analisa-se a implantação da lei 10.639/03 em São Luís, e a ação de grupos que se mobilizam com esse propósito.

As dificuldades apresentadas pelos órgãos públicos para viabilizar a lei de fato existe (falta de financiamento de projetos), mas a principal dificuldade é a mudança de mentalidade de toda sociedade com relação a participação do negro na História.

Essa dificuldade em compreender a história dos africanos ou afro-brasileiros como a história de todos os brasileiros deve-se, de acordo com Neves (2002, p.16) porque:

Temos um modelo de educação pensado por brancos e para brancos, totalmente alheios à realidade de quase metade da população desse país. É preciso que se construa um modelo de educação que respeite a tradição deste povo, que observe sua cultura e a relacione com as práticas educativas existentes.

Esse modelo perpassa todas as áreas do conhecimento, por isso trabalhos que tentam suscitar a história do povo africano não entram na ordem do dia. São poucos aqueles que estudam componentes relacionados a África, pois a referência que sempre tiveram foi a branca (européia).

2 O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste primeiro capítulo, aborda-se a respeito de questões referentes ao ensino de história, considerando-se as suas contradições, tendo como referência a lei 10.639/2003 a qual trata da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Antes das discussões acerca da lei se faz necessário uma reflexão a respeito da prática do ensino de História.

Os professores de História, não raro, se vêem muitas vezes em situações constrangedoras de meros reprodutores de manuais didáticos ou então frustram-se com a qualidade dos textos didáticos, muitos dos quais não incorporam discussões acadêmicas, a respeito destes temas.

Há muito se discute, mas pouco tem sido para mudar essa realidade, bem como destaca Zierer (2003, p.31)

O historiador, na sua preocupação mais com os seus pares do que ao se comunicar com a sociedade acaba por relegar esse papel a outros profissionais, principalmente os jornalistas que são atualmente os maiores interlocutores de assuntos de história com o grande público do Brasil.

De fato, a sociedade tem tido acesso cada vez mais a história “contada” por jornalistas e de outros profissionais que não possui formação na área. Esta realidade revela o quanto os historiadores estão ausentes dos debates travados diariamente na sociedade por meio da mídia.

Segundo Nicholas Davies (2002, p. 104) os livros didáticos são os responsáveis pela distorção da história. No entanto percebe-se que a passividade do professor diante dos ditos manuais é que torna a situação ainda mais grave. Ao analisar o modo como as camadas sociais são tratadas no livro didático, Davies constata que:

Os livros didáticos induzem o aluno das camadas populares a pensar que sua história não tem valor, que sua história não é História, que só as iniciativas dos grupos dominantes são dignas de registro, de estudo, são exemplos. Sendo induzido a desvalorizar o seu passado, o aluno tenderá também a subestimar o seu papel na manutenção e/ou transformação do presente.

Diante disso, percebe-se o quanto o livro didático influencia no modo de compreensão dos alunos. Nos livros didáticos a pessoa negra foi estigmatizada, estereotipada de forma depreciativa. Esse fato, muitas vezes passa despercebido por docentes desatentos, e absorvido por alunos ingênuos, ressaltando as ideologias racistas que perpassaram durante séculos, por meio de uma infinidade de meios de comunicação e, sobretudo por livros de histórias infantis.

A questão torna-se mais grave quando o livro didático em alguns casos é o único instrumento utilizado pelos alunos, o que torna a responsabilidade do professor ainda maior.

Compreende-se que o livro didático deve estar muito mais presente nas discussões acadêmicas. Mas o que ocorre em muitos casos é que os temas voltados para a educação são jogados para o segundo plano, pois ainda existe muito preconceito por parte dos historiadores com relação a esta temática. Preconceito este muitas vezes alicerçados em trabalhos que se dedicam

Ao estudo da instituição escolar, das políticas educacionais e do pensamento pedagógico como contextos explicativos para os conteúdos ensinados nas escolas e para metodologias aplicadas a este ensino. (FONSECA, 2004, p.18).

Desse modo salienta Fonseca, que a pesquisa, em geral, está voltada para o Estado como centro do processo histórico. E as fontes são as leis, os regimentos internos, as políticas públicas em detrimento de questões mais próximas do aluno. Em razão disso, talvez na atualidade poucos são os historiadores/professores que se dedicam a pesquisar a respeito de outros temas na disciplina História dentro do contexto escolar. Embora seja considerado algumas exceções, como os trabalhos desenvolvidos por historiadores associados à ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História) que tem seu textos publicados na Revista da ANPUH abordando esse tema.

São trabalhos interessantes, porém ainda não fazem parte de uma grande produção a respeito desse tema.

Desta forma de nada adianta as críticas aos livros didáticos, paradidáticos e artigos jornalísticos uma vez que pouco esforço tem sido feito no sentido de aproximar a História dos alunos, fazendo com que estes encontrem sentido em estudar *A Balaiada*, *A Revolução Francesa*, *a Greve de 1951* e outros temas.

2.1 Mudança curricular

O ensino de História, de modo crítico, torna-se um desafio muito grande para educadores que tentam fazer da aula um espaço de construção do conhecimento a partir da

análise crítica da realidade social. Ao associar-se as dificuldades recorrentes do cotidiano (como falta de material didático, biblioteca, recursos áudio-visual e etc.) ao ensino de História e cultura afro-brasileira, que passou a ser obrigatória desde 2003, compreende-se que devia ser pensado por gestores dos conselhos estaduais e municipais uma forma de manter os docentes atualizados a respeito da nova legislação. Esse deve ser o desafio dos próximos anos, também, para os cursos de História e para as Licenciaturas de modo geral.

Baseado em uma estrutura curricular eurocêntrica, as universidades precisam, urgente, reformular sua estrutura curricular. Em caso contrário essa lei não fará nenhum sentido.

De outra forma, como avançar nas pesquisas e nos debates, se o currículo da maioria dos cursos de Graduação em História, a disciplina História da África não tem o mesmo peso da História Medieval, por exemplo? Como redimensionar o ensino de história tendo em vista a presença dos povos africanos no Brasil e sua relação com a África?

Se os cursos de Graduação em História não estão conseguindo se desvencilhar das imposições européias, os demais cursos com formação para professores terão muito mais dificuldades.

O atual momento é emblemático para História do Brasil, pois considerando que o país viveu por longos anos com a escravidão africana, a qual foi explicada segundo teorias evolucionistas do século XIX e também por que a constituição de 1988 incluiu o racismo

como crime inafiançável. Desse modo, vale questionar, o que está mudando na sociedade brasileira?

É difícil responder, devido a complexidade que envolve a questão do negro no Brasil e ao contexto que permeia tal discussão. Mas é importante observar como o negro vem sendo retratado ao longo dos séculos.

Durante muito tempo os negros foram vistos como meras mercadorias sem passado e sem História, eram vistos como verdadeiros “bárbaros” como ressalta Costa (2004, p.119)

Este ser bárbaro e por vezes “desumano”, não teria atitudes “legítimas”. Se a violência do senhor era vista como castigo, dominação, a do escravo era vista como falta, transgressão, violação ao domínio senhorial e rebeldia. Mesmo ao lutarem por sua liberdade, os escravos são considerados inimigos perigosos e hostis com uma “índole natural” para a prática de atos violentos.

O termo bárbaro foi utilizado no sentido de oposição à civilização branca e européia. O africano foi visto como um ser primitivo (sobretudo no que se refere a escrita) e exótico distante dos hábitos civilizados do opressor.

A história, de modo geral, ainda está muito enraizada na tradição iluminista, mesmo considerando que tal afirmativa já virou clichê, entre os historiadores.

Críticas ao etnocentrismo vêm sendo constantemente reforçadas, sobretudo por conta de pesquisas realizadas por antropólogos e pelo diálogo realizado entre a antropologia e a História, as duas disciplinas têm tido resultados interessantes, visto que,

A história das diversas etnias foi dessa forma gradualmente desprovida de juízos de valor, próprios aos sentimentos cristãos que são específicos da cultura ocidental, e não universais ou naturais. Esse processo marcou o surgimento de uma história das etnias, uma etno-história, não mais central na metodologia comparativa e hierarquizadora (...). (FERREIRA NETO, 1997, p.322)

As pesquisas no campo da etno-história têm significado um passo importante para recuperar culturas, historicamente, esquecidas e marginalizadas, como é caso da africana e afro-brasileira. Por isso quando fala-se de racismo, tem-se que dialogar com pesquisas antropológicas para não continuar escrevendo, apenas, a história de grupos ou classes dominantes. Desta forma alguns professores, sobretudo de história, vêm com muita preocupação a obrigatoriedade de ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira.

Por um lado essa perspectiva tem representado um avanço mostrando que se está desvencilhando do eurocentrismo e por outro lado, que a falta de estudos para o ensino da disciplina dificulta uma discussão mais ampla. Em razão disso, discuti-la com relação ao Maranhão é, ainda mais complexo.

No que se refere a um novo olhar sobre a história africana ou afro-brasileira é importante atentar para construções de heróis na história nacional. Pode ocorrer que na ânsia por mostrar uma história que há séculos permaneceu “esquecida” alguns possam pensar que criando heróis negros estarão dando espaço a uma história diferente do vinha sendo trabalhada.

Dentro das novas perspectivas historiográficas, o grande herói dá lugar a história de um povo, de pessoas comuns. Desta forma, o herói negro terá espaço dentro de um contexto e não fora dele, como era feito antes, pelos historiadores ligados aos poder.

As discussões travadas pela Escola dos Annales e posteriormente Nova História Cultural, vêm contribuir para uma preocupação maior com o ensino de História, desta vez não mais com um olhar voltado exclusivamente para as questões políticas que permeiam o sistema escolar, mas segundo Fonseca (2004, p. 20).

Estudos que partam de outras dimensões históricas da educação e das disciplinas escolares em particular não se restringem assim, as esferas institucionais e formais, políticas públicas, propostas pedagógicas, formulações particulares oficiais, entre outras, atentando para o cotidiano escolar e para multiplicidade de suas práticas culturais.

Dar atenção a esses aspectos que podem ser caracterizados enquanto história do cotidiano ou micro-história é importante para que cada vez mais a pesquisa histórica realce outros sujeitos sociais diferenciados daqueles costumeiros, até bem pouco tempo, comuns na historiografia brasileira.

Thompson, sugere, nessa perspectiva uma *história vista de baixo onde* o cotidiano das classes populares torna-se seu principal objeto de pesquisa. Influenciados por tal visão os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio) propõem um ensino de História que esteja relacionado com a vida dos alunos e suas relações com a sociedade. Esta idéia é claramente exposta neste texto:

O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações do passado e futuro. (PCNs-Ensino Médio;1999, p.300).

É importante analisar esse discurso governamental e perceber onde ele foi gestado, em que contexto os PCNs estão inseridos, para que possamos entender como a sociedade vê as supostas mudanças trazidas por estes.

Retomando a contribuição dos Annales, é importante ressaltar que esta escola foi responsável por grandes mudanças no fazer e no pensar histórico, sobretudo no que se refere ao alargamento das fontes e aos objetos de pesquisas dando destaque não apenas aos documentos escritos e oficiais, mas ao problematizar a história por meio de testamentos, cartas, filmes e tudo mais que tem relação com o objeto investigado.

Dessa forma é possível não se pensar mais na história como uma extensão do poder exercidos por reis e chefes políticos ao longo da história, mas algo mais “independente” do poder público, pois durante muito tempo a história serviu para,

apresentar as crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram os objetivos da historiografia comprometida com o estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sobre e estrito controle dos detentores do poder. (FONSECA, 2004, p.24).

É evidente que não estamos minimizando aqui o poder do Estado, pois entendemos que muitas obras literárias, “históricas” ou jornalísticas são publicadas com interesses que estão além do simples fato de contribuição com uma determinada pesquisa.

2.2 A História da África no contexto escolar

O que ensinar da história da África? Esta é sem dúvida a grande questão, no que se refere ao estudo do continente africano. Talvez seja esta a maior dificuldade de compreensão por parte de historiadores em décadas anteriores. Como escrever uma história de povos tão diferentes, dentro de uma “mesma” área geográfica?

Quando se refere ao tráfico de escravos africanos algumas vezes não fica claro que se trata de uma área específica de onde esses eram retirados. A chamada África Atlântica, região litorânea composta por grande diversidade cultural, a qual implicou uma série de diferenças referentes à escravidão na América.

Destacando as diferenças culturais e ambientais Del Priore e Venâncio (2004 p.7) afirmam o seguinte:

A medida que os indivíduos se adaptaram a diferentes ambientes, a cultura se diferenciava, formando múltiplos grupos étnicos.
(...)Na borda nordeste da floresta equatorial, falantes da língua banto oriental se misturavam a cultivadores de cereais, falantes de língua sacronilótica, dando origem a uma cultura complexa.

Essa cultura complexa foi por muito tempo homogeneizada, gerando visões equivocadas a respeito de uma civilização tão diversa e contraditória, devido às características de uma grande extensão territorial como a África. Ou por outro lado essa diversidade cultural foi utilizada para justificar mais recentemente a suposta não resistência escrava devido a

dificuldade em se comunicar por conta dos diferentes idiomas falados pelo grupo de escravos espalhados pelo mundo.

Os escravos raramente eram vendidos em um só bloco, e, portanto, chegavam nas fazendas e propriedades, vindos de navios e cargas diferentes. Em alguns casos, os proprietários tentavam deliberadamente misturar escravos de diversas origens, na crença de que isso evitaria as rebeliões, uma tática comum de meados do século XVII em Barbados, como Ligon comentou. Isso talvez possa ter dificultado a inserção direta da cultura africana nas Américas(THORNTON, 2004,p.267).

Essa visão registrada por Thornton é relativizada por ele próprio ao considerar que o grupo embora de diversas localidades possuísem alguns códigos comuns de comunicação e considerando o tempo em que foram aprisionados e que permaneceram juntos nos navios, é possível que nesse momento houvesse troca de experiências. Por isso afirma que:

A dispersão lingüística pela distribuição aleatória dos escravos, e a maioria das propriedades possuía provavelmente, só poucos grupos nacionais. Essas circunstâncias propiciaram a muitos escravos se comunicar. (THORNTON, 2004, p. 268).

Acredita-se que os dois extremos apresentados estão inseridos neste contexto de início do século XXI, em que se buscava a superação do chamado *colonialismo cultural*, e os intelectuais das principais academias mundiais estavam preocupados em “reparar” os erros cometidos por seus antecessores em relegar não apenas a África, mas a Ásia e América Latina, as sociedades formadas por “culturas inferiores”. E sobretudo por novos estudos realizados por historiadores dessas áreas, que visam trazer à tona a história que há muito foi negado.

Questionar se a África tem história é o mesmo que questionar se a África tem passado. Se África tem História de que História falamos? É a referência ocidental de história. Vamos considerar uma história capitalista, que evoluirá do “primitivismo” à esfera civilizada? A história africana deve atentar aos objetivos forjados pelos europeus, quando do surgimento da história como disciplina?

Nesse contexto de questionamentos, vale destacar que:

As autoridades responsáveis pela educação tendem a considerar a história nacional, não como uma história geral da Europa, e menos ainda como uma visão do processo histórico mundial. Esperava-se que inculcasse o patriotismo e não que inspirasse perspectivas justas sobre o desenvolvimento da humanidade. (CURTIN, p.74).

Se avaliarmos por este ângulo de fato a história da África está distante pelo menos em grande parte, desse modelo pré-estabelecido. Não significando com isto, que sua história não seja importante ou mesmo a inexistência da mesma.

Diante das divergências historiográficas aliadas a falta de conhecimento histórico a respeito do continente africano e considerando-se toda sua diversidade deve-se questionar qual História da África ensinar?

A lei 10.639 de janeiro de 2003 não define o conteúdo mínimo a ser abordado pelas escolas de Ensino Fundamental e Médio, isto cria um grande problema para os professores e, também, para os Conselhos Estaduais de Educação, os quais terão que responder a nova proposta curricular.

Poderíamos pensar que o fato de não ter definido ainda um núcleo comum de conteúdos seria positivo uma vez que daria melhor possibilidade de abordagem e os professores não estariam presos a uma camisa de força, mas a questão que não devemos perder de vista é a obrigatoriedade do ensino proposto, a urgência do tema e a ausência (aparentemente) de propostas de como tornar possível a implantação da referida lei.

Como observou-se, a lei torna o ensino obrigatório mas, não garante o ensino da mesma, criando assim inúmeros problemas.

Por isso de acordo com Kabengele Munanga,

Não basta formar professores, é preciso também produzir materiais didáticos. Há várias pessoas produzindo livros para o ensino médio e fundamental que falam um pouco desta história do negro e da África(...) (Jornal Repórter Social.03.11.04).

Quanto à padronização Munanga afirma que:

A lei tornou o ensino obrigatório mas o Ministério da Educação precisa definir um conteúdo mínimo, senão cada um vai ensinar o que quer. (Jornal Repórter Social, 03.11.04).

Munanga destaca a elaboração de um conteúdo mínimo como algo imprescindível na construção desse conhecimento histórico.

Com relação a isto pode-se fazer inúmeros questionamentos. Mas, não se pode minimizar essa questão, visto que existe vários aspectos da História do Brasil em que há discordância entre historiadores os quais não seriam analisados por pessoas sem uma formação na área, haja visto que os conteúdos de acordo com Art.26, parágrafo segundo:

História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Portanto, os professores das mais diversas áreas teriam que discutir categorias tão complexas quanto a *escravidão* na África, por exemplo. Não se sabe ao certo se um currículo padronizado garantirá um ensino isento de equívocos, provavelmente não, mas é possível que torne mais fácil a tarefa dos professores não historiadores.

A respeito da *escravidão* na África, percebe-se o grau de dificuldade em desenvolver um tema sem o devido aprofundamento no assunto. Isto, ao invés de avançar nas discussões e levar os alunos a uma análise crítica da História, pode ao contrário, reproduzir discursos preconceituosos já existentes.

No que se refere a esse tema, vale destacar, de acordo com Del Priore e Venâncio(2004, p.40),

(...) foi provavelmente, graças a existência da *escravidão* na África Atlântica pré-colonial que os navios negreiros puderam ser rapidamente abastecidos. Os europeus não inventaram a instituição, mas sim a destinaram para outro fim comercial cujas dimensões eram até então inéditas.

Sabe-se que um dos discursos colonialistas do século XVII e XVIII refere-se a existência da *escravidão* na África pré-colonial. Ou seja, antes mesmo dos europeus aportarem na África Atlântica os seus habitantes já faziam “bom” uso da *escravidão*, a qual, sobretudo, ocorria por conta das guerras entre as diversas nações. Esta última visão sempre foi muito difundida, dando a idéia de uma África social e culturalmente dividida por guerras, no

entanto, cumpre esclarecer que existem outras visões, além desta. Por exemplo, Munanga afirma que:

Não havia escravos naturais na África que foram comprados. Eram homens livres que foram capturados com cumplicidade ou não dos chefes africanos, foram escravizados aqui (...) Subentende-se que quando foram comprar escravos na África, encontraram uma reserva de mão-de-obra escrava que foi adquirida e trazida. Mas era gente livre, culta e alfabetizada em árabe. (Jornal Repórter Social 03.11.04).

Tem-se, assim, duas visões diferentes do mesmo problema. A visão de Del Priore e Venâncio está mais para uma abordagem tradicional, reforçando o pensamento colonialista europeu. Embora estes autores façam ressalvas com relação a escravidão com fins comerciais, ainda assim permanece a idéia para um leitor desatento de que a escravidão era uma prática africana e inclusive contribuiu com o processo de escravização implantado pelos europeus.

No enfoque dado por Munanga vemos a mesma questão em outra perspectiva completamente diferente. Além de negar a existência da escravidão na África pré-colonial, o autor afirma ainda que os escravos trazidos para cá eram pessoas livres, cultas e alfabetizadas.

Diante de tais informações se faz necessário destacar a importância da tradição oral para estes povos. Tradição esta muitas vezes relegada ao segundo plano porque muitos pesquisadores ainda entendem a concepção de conhecimento por meio da tradição escrita.

No momento atual esta visão está mudando, já existe a compreensão por parte de um grande número de estudiosos, de que *a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade* (VANISA, 1995, p.157).

Portanto pode-se afirmar que os homens livres e cultos que vieram para o Brasil eram pessoas também que não sabiam escrever, mas tinham os conhecimentos por meio de contos, mitos e lendas.

Hernandez (2005, p.28) lembra que:

A tradição oral não se limita aos relatos mitológicos, épicos e às lendas. Também não se restringe à memória das grandes migrações(...) A tradição oral envolve uma visão peculiar de um mundo considerado um todo integrado em que seus elementos constitutivos se inter-relacionam e interagem entre si. Vale lembrar que a tradição explica a unidade cósmica, apresentando uma concepção do homem, do seu papel e do seu lugar no mundo, seja ele mineral, vegetal, animal, ou mesmo a sociedade humana.

Mas sempre que alguém quer dizer que os africanos eram cultos e inteligentes buscam a referência escrita árabe. Mas, ainda com essas ressalvas a visão apresentada por Munanga mostra-se como a mais coerente diante de novos estudos.

Como pode-se notar, não será fácil elaborar um conteúdo mínimo tendo em vista as contradições inerentes ao conhecimento histórico. Por isso, esse parece ser o grande desafio para a sociedade como um todo.

3 O NEGRO E A EDUCAÇÃO

Embora a lei seja de 2003, as ações no sentido de implementação da mesma é muito lenta. As escolas públicas de São Luís de acordo com o CCN, ainda não trabalham esse conteúdo.

Uma das questões a serem discutidas neste trabalho consiste em entender porque a implantação da lei ainda não ocorreu de fato. O Movimento negro vem reivindicando políticas em favor do negro há muito tempo, mas somente muito recente foi aprovado a lei que obriga o ensino de História e cultura afro-brasileira.

É certo que essa lei não terá uma aplicação automática, uma vez que o Brasil possui uma História “mal” escrita com relação ao povo africano e posteriormente com os afro-descendentes.

3.1 A Abolição e seus reflexos na educação

É necessário retomar a forma como foi realizada a abolição da escravidão. Sabe-se que antes mesmo da assinatura da Lei Áurea, haviam muitos livres de suplícios da escravidão. Isto ocorreu, em alguns casos por iniciativa de senhores de escravos em condições de dificuldade, ou o próprio escravo já havia conseguido comprar sua alforria por meio de trabalhos extras, ou até mesmo pelo abandono de suas atividades nas fazendas. Existiu também os casos em que o proprietário recebia condecoração se libertasse seu escravo. *No*

final do segundo Reinado, o imperador concedia a Comenda da Rosa aos que emancipassem seus escravos. (COSTA, 1997, p.421).

A partir de 1870 desenvolveu-se no país uma consciência coletiva emancipadora,

libertava-se a pajem, a ama, a mãe preta pelos serviços, um moleque por ser filho do senhor ou seu companheiro de folguedos. Atos dessa natureza ocorriam por ocasião dos batizados, formaturas, dos casamentos, dos nascimentos, por motivo de cura de moléstia, de negócios bem sucedidos, de promessas feitas, pelos mais variados motivos de regozijo. Beneficiavam, principalmente, mulheres e crianças abaixo de doze anos. A liberdade pública era mais restrita em relação aos escravos moços, mais necessários à produção. (COSTA, 1997, p.462).

Como pode-se notar, a década de 1870 foi um marco para questão escravista no Brasil, essa nova visão com relação ao escravo sintetiza uma série de contradições existente na época. Após a Guerra do Paraguai os negros que lutaram na maioria das vezes forçados por seus senhores, passaram a serem vistos como *voluntários da pátria*, com direito a liberdade por seu ato de amor à pátria:

(...) embora se alistassem ocultando sua verdadeira condição, é dever providenciar no sentido de serem restituídos à liberdade, pondo a salvo de seus supostos senhores o direito de reclamar do governo imperial a indenização com prova de domínio, a fim de que não se repita o fato de Paraíba do Sul, onde um voluntário da pátria, (...) só foi finalmente posto em liberdade pela intervenção da autoridade. (COSTA, 1997, p.461).

O discurso abolicionista da época convenceu boa parte da sociedade, que contava com diversas entidades negras abolicionistas. Os participantes eram das mais diversas camadas sociais como afirma COSTA, (1997, p.464).

Recrutava-se adeptos entre a população das cidades: estudantes, elementos das profissões liberais, jornalistas, médicos, advogados, pessoas pertencentes às classes populares, ligadas as atividades artesanais, ao sistema de transportes, imigrantes, alguns negros livres e libertos.

Apesar do clima de abolição ter tomado conta do país, as elites temiam pelo fim da escravidão, estas alegavam que o fim da mesma representava o colapso da economia do país. Embora um dos principais discursos para o fim da escravidão tenha sido a incompatibilidade do sistema escravista com o desenvolvimento econômico e capitalista, uma vez que a Inglaterra pressionou durante muito tempo através de várias leis que tentavam impedir a entrada de escravos no Brasil.

Os donos de escravos dos centros mais dinâmicos foram mais favoráveis ao fim da escravidão porque,

Abriam-se novas perspectivas para o capital e não convinha mantê-lo imobilizado em escravos, mercadorias que se depreciava a olhos vistos e estava fadada a desaparecer. Modificava-se a mentalidade dos fazendeiros das zonas mais dinâmicas. Não mais pensavam em comprar escravos, mas em livrar-se deles. (COSTA, 199, p. 490).

Livrar-se dos escravos foi o que ocorreu de fato após a assinatura da Lei Áurea, estes, como mostra a historiografia foram deixados a própria sorte. Não foi pensado uma forma de inserção desses sujeitos na sociedade.

Os ex-cativos não tinham direito algum e ficaram à margem da sociedade, isso reflete de forma contundente, o racismo e a discriminação racial exacerbada com processo abolicionista. As autoridades, desde então, vêm reelaborando discursos com o passar dos séculos para mascarar a realidade social e negar a existência do racismo no Brasil.

As teorias racistas evidenciadas no século XIX deram suporte a iniciativas de tentativa de embranquecimento da sociedade. Os europeus não vieram substituir a mão-de-

obra escrava, apenas por inabilidade dos africanos com o regime de trabalho assalariado, mas porque

simbolizavam a prosperidade econômica e social, pois possuíam as virtudes necessárias ao regime de trabalho livre e desejavam obter riqueza através dele. Essas argumentações faziam parte de um projeto de “embranquecer” e europeizar a sociedade brasileira. (PESSANHA, 2005 p.20)

Assim, o negro após a abolição, tornou-se um problema para elites e para os governantes. As reivindicações relacionadas a educação foram lideradas sobretudo, por imigrantes que não aceitavam a forma de tratamento que lhes era dispensada. Por isso, destacou Pessanha:

Para a sociedade, o trabalho assalariado ou o sistema de parceria poderiam atrair imigrantes num primeiro momento, mas logo apareceriam as insatisfações, como já tinha ocorrido na província de São Paulo, onde famílias inteiras de imigrantes se retiraram das fazendas. (PESSANHA, 2005 p.20).

Com todos os problemas enfrentados pelos imigrantes, estes tiveram um tratamento diferenciado dos negros. Tanto foi assim que tiveram liberdade para preservar sua cultura e seu modo particular de compreender o mundo. Os negros, ao contrário, até hoje lutam contra o preconceito e a falta de dignidade das suas manifestações culturais e religiosas.

As pressões do movimento abolicionista foram muito fortes e o próprio processo histórico não permitia mais que a economia girasse em torno da mão-de-obra escrava. As pesquisas históricas mostram também, o quanto o processo de abolição foi lento e gradual como queriam os senhores de escravos. Analisando-se a legislação do século XIX no Brasil, referente a escravidão, constata-se que foram aprovadas pelo menos dez leis que se

propuseram, de forma gradual, finalizar o sistema de trabalho escravo. Ou seja, o processo de abolição perdurou durante todo o século XIX. Alguns donos de escravos mesmo reconhecendo a inviabilidade da economia escravista não pretendiam abrir mão daquela força de trabalho, pois reivindicavam indenizações para aderir sem prejuízos á nova lei.

A Lei Áurea não promoveu mudanças, como mostram as pesquisas, mas apenas

limitou-se a reconhecer e confirmar um fato preexistente, evitando com esse reconhecimento as maiores perturbações e desordens, se não terríveis calamidades. A emancipação estava feita no dia em que os ex-escravos recusaram-se marchar para o eito e começaram o êxodo das fazendas.(O Jornal do Comércio em outubro de 1888. In: Santos,1999 p.364).

A educação para o negro nunca foi uma preocupação das autoridades. As ações realizadas atualmente decorrem, em particular, da pressão exercida pelo movimento negro em defesa da população negra. O escravo era visto como um ser inferior e indigno de receber educação. Uma revista do século XIX mostra o que a elite da época pensava a respeito desse assunto:

ensina aos moleques a ler e escrever, ficam sendo conhecedores e confidentes Essas são as conseqüências quando se de todos os nossos segredos. O bom escravo era o escravo analfabeto, incapaz de entender o universo da linguagem escrita controlado pelos homens livres. (A Semana Ilustrada, 1872 In: Santos, 1999, p.363).

Não existe mais a visão do escravo, mas existe a visão de alguém desprovido de capacidades intelectuais, mal intencionado que não merece ser educado. No caso apresentado na revista o negro não deveria aprender a ler e escrever por causa do seu mau comportamento, porém fica claro que a educação é um fator de distinção social entre as

peças livres(brancas) e os cativos. A educação nesse sentido exercia o *poder simbólico* em uma sociedade composta em sua maioria de analfabetos.

Fica evidente que o negro pertencia a outra categoria de pessoa. A Igreja Católica, durante muito tempo, reforçou essa idéia tomando como base a Bíblia, pois para esta os africanos deveriam pagar pela maldição de Cam, ou seja a escravidão era uma forma de purificação dos pecados, todo mal que lhes era feito era justificável. Segundo Sousa Filho (2004, p.138-139):

Dentro do marco religioso, os africanos já estavam predestinados a uma vida de servidão. Sua condição era da ordem da constituição prévia, ou seja, ser escravo antecedia o próprio ato de aprisionamento por parte dos europeus. Na África, aqueles que foram convertidos em escravos possuíam identidades individuais e coletivas e tinham vínculos com determinados grupos étnicos ou tribais.

Por outro lado na primeira metade do século XIX, missionários e exploradores de várias denominações adentraram o continente africano com um discurso de conversão e uma prática exploratória.

Os primeiros, em especial a partir de 1830, eram anglicanos, metodistas, batistas e presbiterianos a serviço da Grã-Bretanha desenvolvendo seus trabalhos em Serra Leoa, na Libéria, na Costa do Ouro e na Nigéria. (HERNANDEZ, 2005, p.51)

As igrejas, que serviram de apoio a colonização da África partiram do princípio de superioridade da cultura européia.

Esse pensamento de inferioridade cultural, dando ênfase a religião, ainda está posto nas salas de aula. Por isso a sala de aula é um espaço privilegiado para desconstruir essa mentalidade racista alicerçada durante séculos.

Para tanto é necessário que o professor esteja atento a todas essas questões ideológicas que permeiam o processo ensino-aprendizagem. Ele deve está consciente do contexto em que atua para não desenvolver discursos superficiais e ter uma prática discriminatória, porque a escola pode ser um espaço de mudanças mas também pode perpetuar práticas abomináveis que prejudicam o aproveitamento escolar, como afirma Jesus (2000, p.77):

(...) a escola pode se tornar um ambiente desfavorável aos alunos e alunas, se forem atribuídas qualidades negativas á criança negra como brincadeiras que enfocam de modo depreciativo a sua condição racial, se apelidos preconceituosos lhe forem dados, o que pode ser transformado em trauma e serem motivo de falta e freqüência e inclusive evasão desse alunado da escola.

Pensa-se que a nova lei é uma forma de reverter esse quadro. O racismo é consequência de total falta de conhecimento da cultura afro-brasileira. Esse conhecimento esteve durante muito tempo ausente pela força das ideologias presentes principalmente no livro didático, visto que:

Enquanto artefato do mundo da edição e, enquanto produto de um sistema de comunicação que visa, antes de tudo, a homogeneização hierarquizada das ações sociais, o livro traz uma carga ideológica implícita em todo o seu conjunto, com a função de inculcar valores e legitimar a ideologia dominante de forma usual e esquemática (TOURINHO JUNIOR, 2002, p.28).

É possível que por este motivo a população negra seja desprestigiada cada vez que abre um livro de História e não vê a sua história presente nas páginas. É provável que os alunos não se perguntem a respeito de tal ausência mas isto incute indiretamente em suas mentes que sua história não têm valor. Essa realidade tende a mudar uma vez que uma das prioridades das diretrizes diz respeito a aquisição de material didático que contemple a

História e a cultura Afro-Brasileira e também um espaço de formação continuada para professores.

3.2 O negro e o currículo escolar

A temática do negro no currículo nos remete a discussões antigas porém nem por isso superadas. A ausência desse tema nas publicações oficiais até bem pouco tempo, resume as contradições vividas pela História do Brasil e, sobretudo, a História da Educação Brasileira.

A presença do negro, enquanto tema, na História da Educação é quase nula, pois na formação de professores não oportuniza um estudo a cerca desse tema. Ao contrário é reforçado a questão da dificuldade em se falar de algo com pouco ou nenhum conhecimento.

É inegável as contribuições do Movimento Negro para se pensar a respeito de políticas públicas de valorização da cultura afro-brasileira. No tocante a educação também não seria diferente, começando com as Irmandades religiosas que no final do século XIX desempenharam papel fundamental no processo de abolição da escravidão e, também, na divulgação de idéias ante-racistas por meio de jornais.

Na década de 1940, surgiu no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro(TEM). Essa organização teve papel importante na história da educação pelo seu pioneirismo do que diz respeito a alfabetização de jovens e adultos. O Teatro Experimental do Negro com seu projeto pedagógico visava uma educação que propiciasse a formação de

cidadão e não se restringisse, apenas, ao processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido de acordo com Romão (2005, p.119):

A educação no Teatro Experimental do Negro não encontra relação simplesmente com a escolarização. A educação do Teatro Negro incorporou ao projeto: a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção do mercado de trabalho (na medida em que pretendia formar profissionais no campo artístico do teatro); na dimensão da educação educativa e política e, na dimensão política, uma vez que o sentido de ser negro foi colocado na perspectiva de negação da suposta inferioridade natural dos negros.

O Teatro Experimental foi mais um esforço de inserção do negro nos espaços sociais negados pelo poder público. Trata-se de um projeto idealizado por Abdias do Nascimento, o qual tornou-se um marco na história de luta contra o racismo porque foi o único, na época, dedicado a educação popular do negro e redimensionou o sentido da educação formal.

O histórico do desempenho escolar constatado nos últimos anos dos alunos negros mostra que as medidas tomadas até o momento para promover uma igualdade de oportunidade não têm sido suficiente, os negros continuam com um índice de rendimento pior que os não negros.

As iniciativas do Movimento Negro no intuito de promover a igualdade racial em alguns casos são as únicas oportunidades de muitos afro-descendentes alcançarem uma educação de qualidade. Desta forma é preciso repensar o ensino de História e, também o de História da Educação. Inserir a historicidade afro-brasileira no currículo escolar pressupõe destronar mitos criados em torno dessa abordagem.

Sabe-se que, de fato, o estudo do negro dentro e fora do contexto escolar não teve ao longo da história o mesmo espaço que outros temas tiveram. Primeiro por falta de incentivo das instituições de ensino superior e, também, pela própria estrutura curricular que não permitia uma linha de pesquisa voltada para estas temáticas.

No entanto, como já foi discutido, o historiador “cria” suas fontes a medida que elabora questionamentos que poderão ser respondidos pelas mesmas. A importância das fontes é dada pelo historiador, pois é ele que direciona o seu estudo de acordo com o seus interesses. por que como afirma Certeau (1976, p.31):

Colecionar foi durante longo tempo fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar. E com os objetos por ele multiplicados, o colecionador torna-se um ator num encadeamento de uma história a ser feita (ou refeita) segundo novas pertinências intelectuais e sociais.

Desta forma justificar a falta de pesquisas a respeito do negro e a educação, apenas pela questão de falta de fontes não seria verdadeiro, visto que há grande diversidade de fontes disponíveis para o historiador desde que esse esteja disposto a elaborar e/ou reelaborar, problemas a serem discutidos dentro do metiê histórico.

4 IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO CONTEXTO NACIONAL

O que de fato vem sendo feito para viabilizar o cumprimento da lei?

Como já foi mencionado o ensino de História tendo como ponto de partida a África e a valorização da cultura afro-brasileira, é algo que já vem sendo discutido no Maranhão pela UFMA desde 1992 com a implantação da disciplina História da África, mas ao contrário do que se poderia esperar depois de uma década e após os debates nos últimos tempos, a disciplina continua como optativa para os alunos de curso de licenciatura em História. O programa ainda não passou por uma reformulação significativa e há uma visível ausência de espaços de discussões acerca desse tema no Departamento de História.

Sabe-se que a falta de professores titulares na universidade é uma realidade e que os professores substitutos, por uma série de questões, não conseguem avançar a medida que permanecem na universidade por pouco tempo.

A disciplina História da África na UFMA desde que o professor Jorge Siqueira se aposentou (em 2003) tem sido ministrada das mais diferentes formas com uma rotatividade de professores muito grande em um curto espaço de tempo. Sabe-se que isso não é um privilégio da referida disciplina, mas infelizmente é uma realidade que atinge todas as universidades públicas e seus respectivos departamentos.

Na UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), a disciplina *Estudos Afro-Brasileiro* passou a ser ministrada no PQD-(Programa de Qualificação de Docentes), a partir de 2005, como cumprimento da nova legislação.

A pouca ressonância dessa lei junto aos professores e alunos do ensino fundamental e médio tanto da rede pública quanto particular, pode ser um reflexo do que ocorre nos centros formadores (universidades) e também uma falta de planejamento e ações educativas promovidas pelos conselhos estaduais e municipais de educação.

De acordo com o subsecretário de Articulação Institucional da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), João Carlos Nogueira, o censo escolar de 2004 demonstra que apenas 10% dos professores já conhecem a lei 10.639. Com quase 03 anos de aprovação para a maioria dos educadores a lei ainda é desconhecida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são importantes porque norteiam o trabalho de implementação da lei, no entanto nas entrelinhas do documento, é nítida a responsabilidade deixada a cargo dos estabelecimentos de ensino e dos professores, uma vez que o papel do Estado como agente fomentador do processo é minimizado.

Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino, e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira. (DIRETRIZES, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Determinações, 2004, p.18).

Além disso, as diretrizes visam uma produção de material didático que contemplem essas novas discussões a respeito da participação do negro e também cursos de formação para professores como observamos no exposto das *Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminação*:

- Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil;
- Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação de Relações Étnico-Raciais;
- Edições de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto no Art.26^a da LDB, e, para tanto abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira.

Apesar dos avanços com relação ao debate por meio de fóruns de educação, como mostra o calendário de atividade de 2005 da SEPIR, porém em termos práticos ainda é muito pouco para uma lei que pretende corrigir a desigualdade social e racial por meio da educação.

Geralmente são atividades com pouca participação popular, os professores ainda não se sentem parte desse processo transformador.

Algumas iniciativas vêm ocorrendo em algumas regiões do país, como é o caso da prefeitura de Salvador que vem desenvolvendo um trabalho tanto de discussão quanto de elaboração de material didático concernente a proposta da lei 10639/03. Uma das causas de acordo com o subsecretário João Carlos Nogueira é que,

o Brasil não educou a sociedade a pensar a pluralidade e a diversidade. Nossa educação não foi construída dessa forma e não é fácil romper barreira em curto espaço de tempo.

A perpetuação da discriminação racial no país passa diretamente pelo modelo eurocêntrico e monocultural adotado historicamente no país.

É fundamental identificar porque, ao longo da nossa história, tão poucos negros tenham tido acesso à educação, em qualquer um dos níveis. Sem isso é muito difícil,

inclusive, aceitar a necessidade urgente de ações afirmativas urgentes. (Simpósio Educando para a Igualdade: Gênero, Raça e Orientação Sexual, 19 de julho de 2005 na 57ª SBPC).

A prefeitura de Salvador em parceria com a Universidade Federal da Bahia, desenvolveram estudos e produziram um material que será distribuído em toda rede municipal.

Reconhece-se que é cedo para avaliar-se conteúdo do material produzido mas, é importante destacar nessa iniciativa o trabalho de grupos e entidades locais que historicamente construíram um espaço de reivindicações e de luta contra o racismo.

Democratizar esses estudos por meio de textos é imprescindível para que os profissionais de educação possam, em posse desse material, construir o seu próprio conhecimento e a partir disto, criar seus próprios espaços de debate.

4.1 Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em São Luís

É surpreendente como o Estado do Maranhão ainda está aquém das propostas de implementação do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, com relação a outros Estados como, Bahia e Ceará. O Estado do Maranhão carece mais do que um plano de ação.

É necessário um compromisso por parte do poder público para que seja garantido a capacitação de professores para que estes possam discutir os conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

Lançando um olhar mais atento na realidade maranhense, temos duas situações: Uma refere-se a abordagem da história do negro feita tradicionalmente pelo movimento negro e outra que está se esboçando com a promulgação da nova lei.

A ação do (MN) Movimento Negro atuando como agente transformador, junto as comunidades afro-descendentes e pobres dos bairros de São Luís e também, junto à comunidade negras remanescentes de escravos.

É um trabalho voltado para valorização da cultura negra, visando sempre a inserção desses sujeitos na sociedade como cidadãos que contribuíram para História do país. A história que é suscitada pelo Movimento Negro, está relacionada com a luta que os negros travaram durante o período que vigorou o sistema escravista no país.

O CCN-MA (Centro de Cultura Negra do Maranhão), fundado no final da década de 1970, surgiu como um espaço de luta e reivindicação da população inferiorizada ao longo dos séculos e, também, como forma de resistência às formas de discriminação racial.

Desde sua fundação realiza trabalhos voltados para a preservação da cultura negra, por meio de projetos que envolvem dança, música e a própria história do negro diferenciada daquela comumente passada por meio dos livros didáticos. Segundo Ivan C. Rodrigues,

militante do CCN-MA desde de 1983, a história que é trabalhada nas escolas reforça os estereótipos racistas:

No ensino de História a gente sabe que(...) quando trata da questão do negro, eles sempre lembram como escravo. Temos que mudar essa mentalidade com os próprios atores (sociais), temos que trabalhar essa questão do resgate da população negra. Isso é que vai enriquecer a auto-estima do povo negro, principalmente das crianças e adolescentes, pois se você pega um livro e ler que o negro é burro, macumbeiro, coisa do diabo, isso não leva a nada. (Entrevista em 28/11/05)

Sendo assim, o CCN-MA, dentre outras entidades ligadas ao Movimento Negro existente em São Luis, vêm ao longo da sua trajetória trabalhando a questão educacional.

De acordo com Ivan Rodrigues Costa, a referida entidade foi fundada basicamente com três objetivos:

Combater a discriminação racial, reivindicar a educação para população negra e lutar pela garantia dos territórios das comunidades negras rurais.(Entrevista em 28/11/05)

Com objetivos análogos, a Organização Consciência Negra (CNEGRA), também vêm tentando junto ao poder público garantir alguns direitos negados pelo mesmo. É uma entidade voltada para educação da população negra de baixa renda. Fundada em 1996 possui entre outros objetivos,

favorecer instrumentalização técnico-científico a cerca dos conteúdos de estudos das civilizações africanas e da experiência dos afro-descendentes no Brasil, nas Américas e no mundo.

Proporcionar uma visão dignificante das africanidades brasileiras e suas reelaborações no contexto da modernidade. (Programa de Produção Científica - Ciência e Ancestralidade, 2005, material de divulgação).

O CNEGRA, atualmente desenvolve cursos que visam a formação de lideranças negras através projetos como o *Centro de Pesquisa e Formação de Lideranças Negras-Lagoa Amarela*, *AFROMUNDO* e o curso de *Matrizes Africanas e Consciência Negra*.

O projeto *AFROMUNDO* visa ensinar a língua francesa aos jovens na faixa etária do Ensino Médio de baixa-renda, o objetivo do curso é fazer um intercâmbio entre os alunos brasileiros e alunos africanos que falam francês visando um maior conhecimento da cultura africana. Luanda Martins Campos justifica a importância do projeto da seguinte forma:

O francês é uma das línguas dos colonizadores, a África foi colonizada basicamente por franceses, portugueses e ingleses, porque são as línguas que estão predominando hoje lá na África.

A gente sabe que para combater essa força racista dos colonizadores, a primeira coisa é conhecer a língua do colonizador. (Entrevista em 11/12/05)

Além dessas atividades, o CNEGRA integra a equipe estadual que discute as ações para implementação da lei 10.639/03.

O que verificamos com algumas pesquisas realizadas tanto a nível nacional quanto estadual é que até bem pouco tempo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira era apenas uma preocupação das entidades ligadas ao Movimento Negro.

Por isso a grande dificuldade em se adequar às novas discussões. Isso reflete o quanto a História do negro foi relegada ao segundo plano. Mesmo os docentes não tinham o hábito de discutir o tema de uma forma crítica pautada em conhecimentos teóricos.

O que torna a aplicabilidade da lei ainda mais difícil é a forma como as discussões vem sendo feitas, são fóruns e seminários promovidos principalmente pela rede estadual, mas ainda com pouca participação dos professores, na rede municipal existe um grupo de estudo, mas ainda é restrito a um número reduzido de professores.

Sabe-se que tanto a rede municipal quanto a estadual estão desenvolvendo ações incipientes nessa área, porém, faz-se necessário a aproximação o quanto antes desses profissionais nas discussões e propostas de implementação da lei, pensamos que quanto maior a participação dos professores nesse processo de elaboração de propostas, mais chances dessas propostas serem aceitas e assumidas pelos mesmos e uma vez assumidas tornar-se mais viável a organização dos docentes para possíveis reivindicações com relação às condições de aplicação das diretrizes.

A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Maranhão por meio da Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais realizou em junho de 2005, o I Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial, de acordo com o Programa de Promoção da Igualdade Racial da mesma, o fórum teve como objetivo a propagação e implementação da lei 10.639/3.

Esse fórum fez parte da programação do Governo Federal. Foi a primeira iniciativa para as discussões a despeito da lei supracitada. Apesar de não ter sido uma realização da própria secretaria, o evento possibilitou às entidades locais como: escolas estaduais e municipais (geralmente gestores e alguns professores), escolas particulares, sindicatos, universidades, entidades do movimento negro e comunidade negras quilombolas.

O Fórum estabeleceu ações registradas na *Carta de São Luís* a serem desenvolvidas tais como:

- *Articulação das forças políticas em benefício de ações em diferentes esferas públicas na perspectiva de garantir Diversidade Étnico-Racial na Educação por meio de formação por meio de formação continuada;*
- *Apoio e reconhecimento das experiências educacionais, construídas pelos movimentos populares, em especial pelo movimento negro, formado por homens e mulheres que, historicamente, sempre estiveram preocupados com a educação.*
- *Expressão da capacidade de inovação, articulação e luta pela garantia dos direitos da população brasileira, formada por uma maioria negra.*

De acordo com a coordenadora do Fórum Permanente de Igualdade Racial, Maria da Guia Viana, a maior dificuldade em implementar as medidas determinadas tanto a nível nacional quanto local, refere-se a questão financeira. Essa dificuldade também foi apontada pela Superintendente do Ensino Fundamental (em exercício) da rede municipal, Ilma Fátima de Jesus.

Nesse primeiro momento as duas esferas, municipal e estadual estão realizando algumas atividades em parcerias, mas ambas já estão discutindo seus projetos para o cumprimento da lei.

A SEDES (Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social) enviou no final deste ano o seu Plano Estadual de Promoção de Igualdade Racial e Étnica para se submeter a aprovação do MEC.

Como podemos constatar, as ações do Governo do Estado no sentido de fomentar as discussões com a sociedade ocorreram a partir deste ano de 2005. Com relação a capacitação de professores, somente o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos) possui uma programação de capacitação porque de acordo com Maria da Guia:

Eram grupos de formação que já estavam previstos e orçados. Como não havia recursos próprios dentro do que estava previsto, nós injetamos palestras e seminários, contabilizando 20 horas de formação. E também porque o público da EJA em sua maioria é afro-descendente. (Entrevista em 12/12/05)

Sabemos que as dificuldades financeiras relacionadas a educação são clássicas, no entanto pensamos que alternativas devem ser pensadas para superar as questões financeiras ou rediscutir as propostas orçamentárias.

Para Luanda Martins Campos, militante do CNEGRA, a maior dificuldade das secretarias estadual e municipal em discutir tais questões e concretizar as ações de forma eficaz, é principalmente pelo fato do artigo que previa uma efetiva participação do Movimento Negro na elaboração das propostas de ação ter sido vetado.

A SEMED (Secretaria Municipal de Educação), está com uma proposta curricular em formação e dentro dessa proposta está inserida a implementação da lei 10.639/03. Trabalhos específicos para estudo e discussão da lei vêm sendo feito por um grupo de professores.

Ilma F. de Jesus, afirma que uma das responsabilidades da rede municipal é a capacitação de professores, porque os professores saem das universidades sem o conhecimento necessário para a abordagem da temática proposta, visto que os cursos de Licenciaturas ainda não incorporaram o referido tema em seus currículos.

Para a superintendente em exercício,

há a necessidade do ensino superior incorporar o cumprimento das diretrizes porque a medida que você faz o curso e sai habilitado inclusive a trabalhar com a disciplina (proposta pela lei).

Cabe a nós (rede municipal) promovermos as formações continuadas. A lei existe, mas tem dificuldades de implementação.

Não é difícil sensibilizar os professores a partir da formação continuada. (Entrevista em 11/12/05)

A superintendente afirma ainda, que faz parte do Conselho Municipal das Populações Afro-descendentes e que este representa um caminho para democratizar a proposta curricular no que se refere a africanidade.

- Aqui na secretaria eu represento o Conselho Municipal das Populações Afro-descendentes. Nós temos um plano de atividades que tem delineado como trabalhar a questão da lei 10.639/03 na rede municipal de ensino em parceria com o Conselho que é também um órgão de voto e voz da população negra por que tem a sociedade civil representada e os órgãos públicos. (Entrevista em 11/12/05)

Infelizmente não tivemos acesso as deliberações, atas ou mesmo as propostas do Conselho, por isso não podemos emitir opinião a respeito, no entanto um estudo mais aprofundado dessas questões devem render um outro trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão em caráter introdutório acerca do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira é uma tentativa de analisar a prática do professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio diante das novas discussões a respeito desses temas, e compreender como as escolas e universidades públicas de São Luís, estão se mobilizando para cumprir as determinações do Governo Federal.

Como foi evidenciado ao longo do trabalho, em São Luís, os debates e as ações que envolvem o tema foram restritos até bem pouco tempo aos círculos do movimento negro e entidades ligadas ao mesmo.

No entanto, existe uma cobrança e uma participação considerável desses movimentos na elaboração de propostas que garantam o cumprimento da lei. Isto é considerado um grande avanço para uma sociedade com grande concentração de afro-descendentes e que juntamente com outras áreas do país foram levados a ignorarem a sua história de luta contra a escravidão e o racismo..

O poder público está “aprendendo” como abordar essas questões. Falar de racismo dentro da escola é praticamente uma quebra de tabu, uma vez que muitos se omitiam e preferiam acreditar na inexistência do mesmo.

Por sua vez, a *democracia racial* foi durante muito tempo, o discurso de governos contribuindo para perpetuação da desvalorização da cultura negra.

É necessário discutir de forma pedagógica a identidade negra. Ainda é comum o afro-descendente não se reconhecer como tal, como uma forma inconsciente ou consciente de reagir as humilhações e discriminações do cotidiano.

Mudar uma mentalidade que prevaleceu durante séculos, não é fácil, mas o primeiro passo já foi dado. Existem trabalhos sendo desenvolvidos abordando esta temática mesmo antes da implementação da lei e outros tantos que iniciaram após esta.

Percebeu-se com esta pesquisa que os responsáveis pela implementação da obrigatoriedade do ensino da história do negro em São Luis, na rede municipal e estadual, são pessoas que militaram ou militam no movimento negro. Isso demonstra que o movimento têm conquistado espaços junto ao poder público.

A experiência dessas pessoas pode ser um diferencial nas ações desses órgãos e permitir um resultado favorável a uma nova abordagem referente ao negro dentro dos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Beatriz Martins de. **O Discurso educacional do Maranhão na primeira República**. São Luís, UFMA/Secretaria de Educação, 1984.
- BOURDIEU, **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- CASTRO, Hebe M. Matos de. **Laços de família e direitos no final da escravidão**. In: História da Vida Privada no Brasil: Império/Coordenador geral Fernando Novais; org. do vol. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CHARTIER. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História (volume I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- COSTA, Yure Michel Pereira. **Criminalidade escrava**. Fala da civilização e o urro bárbaro na província do Maranhão (1850/188). In: História do Maranhão: Novos Estudos. Org. Wagner Cabral da Costa. São Luís: Edufma, 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CURTIN, Phieeip D. **Tendências recentes das pesquisas Históricas africanas e contribuição à história geral**. In História Geral da África. Vol. 1.
- DAVIES, Nicholas. **As Camadas Populares nos Livros de História do Brasil**. IN: O Ensino de História e a Criação do Fato.Org. Jaime Pinsky, 10 ed. São Paulo: Contexto, 2002- (Repensando o Ensino).
- DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais – Uma introdução à História da África**. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2007.

FERREIRA NETO, Edgar. **História e Etnia**. IN: Domínios da História. Orgs. Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, Thais Nívea de Lima. **História e Ensino & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JESUS, Ilma Fátima de. **Educação, Gênero e Etnia: um estudo sobre a realidade educacional feminina na comunidade remanescente de quilombo de São Cristóvão, Município, Estado do Maranhão**. Dissertação de Mestrado. UFMA, 2000.

NEVES, Yasmim Poltronieri. **Algumas Considerações sobre o Negro e o Currículo**. In: Série Pensamento Negro em Educação. Vol. 2. Segunda edição. Florianópolis: Atilênde (Núcleo de Estudos Negros), 2002.

PESSANHA, Andréa Santos. **Em nome do Progresso**. In: Revista Nossa História Ed. Vera Cruz. Ano 02 N.24. Outubro de 2005. p. 21-22.

PINSKY, Jaime. Org. **O Ensino da História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n 10.639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005-Coleção Educação Para Todos.

SCHWARTZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e Questões Raciais no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

TOURINHO JÚNIOR, Washington. **Do Uno ao Múltiplo: Teoria, subversão e sentidos no livro de História**. Dissertação de Mestrado, UFMA, 2002.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400 a 1800)**. Rio de Janeiro. Campus, 2004.

VANISA, J. **A tradição Oral e sua Metodologia.** IN História Geral da África Vol. 1.

XAVIER, Maria Elizabete. **História da Educação - A escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.

ZIERER, Adriana Maria de Sousa. **Conquistas e Desafio da História como Disciplina do Séc. XXI.** Ciências Humanas em Revistas/UFMA, São Luís, 2003.

Publicações oficiais

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004

Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio/2000

História da Educação do Negro e outras Histórias. Org. Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação. 2005. (Coleção Educação para Todos)

Periódico

Jornal Repórter Social 03/11/03

Entrevistas:

Ivan Rodrigues Costa em 28/11/05

Luanda Martins Campos em 11/12/05

Ilma Fátima de Jesus em 11/12/05

Neuzanil de Jesus Maia Filgueiras em 12/12/05

Maria da Guia Viana em 12/12/05